

Resistência à prorrogação do FEF

Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

Enquanto o resultado do segundo turno da eleição nos estados não sai e o pacote não chega, os aliados do governo começam a avaliar a repercussão política das medidas. O presidente Fernando Henrique Cardoso já foi informado da primeira conclusão: a reedição do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) deveria ficar fora do programa de ajuste que será apresentado na próxima semana.

Com medidas nada populares para aprovar, como cortes de gastos e aumento de impostos, o governo poderia deixar para depois esse embate com o Congresso recém-eleito. A validade do FEF termina em dezembro de 1999 e votar agora uma emenda constitucional para prorrogá-la é considerada uma manobra arriscada e desnecessária por políticos governistas experientes.

A idéia da equipe econômica é ampliar de 20% para 30% o percentual das receitas de impostos e contribuições federais que formam o FEF, artifício criado na im-

plantação do Plano Real — sob a denominação de Fundo Social de Emergência — para dar mais liberdade ao governo na hora de executar o orçamento. Esse percentual fica retido e excluído dos repasses constitucionais. Como o FEF faz minguar a fatia dos estados na distribuição da arrecadação, os governadores são seus grandes inimigos. E é com eles — fortalecidos pelas urnas — que o governo foi aconselhado a evitar encrenca, por enquanto.

CONSELHO

Depois do anúncio genérico de ontem, detalhes sobre o conteúdo do pacote fiscal serão mostrados pelo governo na próxima semana. O ministro Pedro Malan gostaria de ver divulgadas mais cedo as medidas de ajuste, tranquilizando o mercado investidor internacional, mas prevaleceu a lógica política e o temor de que o arrocho atrapalhasse as campanhas dos candidatos governistas. Até uma reunião dos líderes da base de apoio do Congresso com o presidente foi adiada para depois da abertura das urnas.

A reunião com Fernando Hen-

rique fora defendida e anunciada pelo líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), na semana passada — e nunca confirmada pelo Palácio do Planalto.

E foi o próprio Inocêncio que contava ontem ter pedido ao presidente o adiamento do encontro, para evitar qualquer vazamento de informação sobre as medidas. O deputado foi orientado a desistir da idéia. “Se vazar, vão dizer que foi você”, aconselhou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A equipe econômica vai atrasar o envio ao Congresso do orçamento reprogramado com os cortes previstos pelo ajuste fiscal. O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), acertou ontem com o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, que a lei orçamentária chegue ao Legislativo no dia 3. Apesar do tempo curto, Arruda afirmou que será feito um esforço para concluir a votação até o dia 15 de dezembro, sem prejuízo das etapas de tramitação. Mas Antonio Carlos Magalhães é menos otimista: “Temo pelo calendário”.